

Depois da retomada das ruas



Por **MOYSÉS PINTO NETO***

A rua foi reconquistada, mas o desafio permanece: como transmutar a indignação digital em corpos presentes e reconectar-se com a juventude, transformando o impulso simbólico em um projeto político capaz de ocupar o poder e deslocar o eixo do debate público

1.

As manifestações de 21 de setembro produziram uma avalanche de análises conjunturais baseadas em dois pontos: primeiro, um retorno da esquerda às ruas, revigorada a partir da pauta anticorrupção que lhe foi “entregue de bandeja” pelo bolsonarismo e pelas oligarquias do chamado Centrão; segundo, a retomada dos “símbolos nacionais”, como a camiseta da seleção e a bandeira, também “entregue de bandeja” em função das ações do governo de Donald Trump e da exposição de uma bandeira gigantesca dos Estados Unidos no último Sete de Setembro na Paulista.

O lulismo e o petismo ainda têm dificuldade considerável de lidar com a volta das ruas: o errado diagnóstico de que 2013 foi o responsável pela onda posterior de extrema direita, do golpe a Jair Bolsonaro, continua mantendo a esquerda refém da burocracia tecnocrática e dos acordos de baixa intensidade, em geral com larga desvantagem, com as oligarquias políticas.

Erro: 2013 não foi 2015. Para começar, entre os acontecimentos passaram-se dois importantes anos. 2013 foi interrompido pela repressão governamental, preocupada com o sucesso da Copa do Mundo e com a manutenção da aliança com o “pemedebismo” (Marcos Nobre), depois reapelidado por si próprio de modo conveniente de “Centrão”.

Houve, sim, momentos que poderiam ser mais identificados com a direita naquela semana icônica de Junho, mas é bom dizer: em geral, era mais um discurso “desorganizado”, do tipo populista, que um discurso ideologizado à direita. Não era imaginável que as pessoas que nunca saíram às ruas antes, e de fato esse era um mote presente ali o tempo todo, simplesmente desenvolvessem um discurso estruturado de “reforma política”, como desejava o petismo institucionalizado.

As palavras foram as mais básicas, em geral apontando para o serviço público: “corrupção” (que se combate com fortalecimento dos órgãos fiscais), saúde (com o incremento do SUS), educação (nas escolas e universidades públicas) – ambas “Padrão FIFA” – e segurança, com a PEC dos poderes do Ministério Público.

Ao mesmo tempo, devemos lembrar que foi a primeira e única vez que pautas radicais como a desmilitarização da polícia e a gratuidade do transporte público foram debatidas a sério. Inclusive, devemos lembrar que a PEC que limitava os poderes do Ministério Público – tratada como símbolo dos erros de 2013 graças ao papel posterior espúrio de Deltan Dallagnol – era, na verdade, combatida pela Polícia Civil, que se queria imune ao controle externo. Ruim com ela, pior sem ela.

Ademais, entre 2013 e 2015 tivemos dois eventos monumentais: a eleição de 2014 e a Operação Lava Jato. De um lado, a

eleição de 2014 foi um momento em que parte da esquerda cindiu, com a entrada de Marina Silva no primeiro turno como possibilidade real, e sobre isso já se escreveu (eu inclusive) muitas linhas, mas bastaria destacar o seguinte: independente de Marina Silva, Aécio Neves, depois de largar mal, quase venceu. E, com isso, empoderou a direita. A frase de Eduardo Cunha a respeito era algo como “venceram, mas sem a mesma legitimidade”.

Os alicerces da aliança política construída pelo lulismo, feita a duras penas desde o Mensalão, o acordo com o PMDB e a tensão com os movimentos sociais ao longo do terceiro mandato, iam ruindo, com a perda da fidelidade da base parlamentar. Quem viu Belo Monte acontecer, por exemplo, deve lembrar como os *influencers* (nem existia essa palavra ainda) governistas gostavam de contrastar o que Gleisi Hoffman chamava de “minorias com projetos irreais” com a grande base parlamentar de sustentação do projeto “realista” do governo. Quando a base político-institucional ruiu, ficaram poucos para defender o governo.

2.

Acompanho diagnósticos do mundo inteiro sobre o ciclo de 2010 e pode-se dizer que o caso brasileiro é bastante raro. Vê-se muitas críticas ao *Occupy Wall Street* e aos *Indignados*, mas não costumo ler nas análises americanas ou espanholas que esses movimentos teriam levado à ascensão da extrema direita.

Em geral, são críticas sobre suas insuficiências de projeto, que impediram que a onda se prolongasse no tempo. No caso chileno, por exemplo, é justamente o contrário: fica claro que foi a onda de protestos que inibiu o crescimento da extrema direita, permitindo que Gabriel Boric fosse eleito, mesmo que seu legado não tenha sido impressionante, sobretudo pela rejeição da nova Constituição.

O mesmo se passa com a Colômbia de Gustavo Petro e o México de Claudia Sheinbaum, onde a mobilização permanente é tida como impeditiva dos desabamentos dos governos à esquerda. Talvez os únicos quadros comparáveis ao Brasil sejam o argentino, com o antecedente dos painéis (muitos peronistas não reconhecem o autonomismo daquele momento), e seus congêneres – criticados, internamente, inclusive, como parte de um projeto colonialista brasileiro – da Bolívia (Evo Morales) e do Equador (Rafael Correa), na tensão com os movimentos indígenas.

Entre 2013 e 2015 ainda houve o outro acontecimento monumental, a Operação Lava Jato, mais tarde caracterizada como *Lawfare*, em que agentes jurídicos em conluio produziram uma investigação ampla da corrupção nacional, mas não deixaram de direcionar suas medidas de modo seletivo e parcial, especialmente com o arcabouço probatório fraco e quase irrelevante contra Lula, produz uma hecatombe no país.

Por um lado, a Operação desbarata a caixa preta do conluio de décadas entre poder político e empreiteiras, apresentando o nexo visceral entre as oligarquias políticas e o poder econômico. Por outro, direciona a visibilidade para Lula, em função do antipetismo visceral dos seus agentes, colando o selo de corrupção sobre o petismo, apesar de o partido ter sido minoritário no consórcio de roubo nacional.

Em 2016, durante o golpe, os mesmos órgãos de imprensa que atacavam o PT como o mal da corrupção nacional deixavam de atacar o governo Michel Temer, zelo da cartilha do mercado (espelhada na “Ponte para o Futuro”), que era infinitamente mais enredado que o seu aliado da esquerda.

Em todo caso, as ruas eram povoadas em 2015 por essas duas frentes: a quase-vitória em 2014, liderada por Aécio Neves em seu revanchismo, e a revolta lavajatista, impulsionada pela mídia liberal como a grande salvação nacional. Nada a ver com 2013.

Mas sim, havia dois aspectos em comum, só que eles eram estruturais. De um lado, o MBL e o Vempraru mimetizavam, na cara-de-pau, as estratégias de organização e ativismo da esquerda autonomista de 2013. A retórica era de horizontalismo e festividade, memética e viralidade, contrastando com os carros de som, as bandeiras tradicionais e os discursos inflamados

de políticos.

E a outra dimensão era ainda mais profunda: vivíamos o efeito da plataformização sem ainda levar a sério a política do algoritmo. Tudo era feito às cegas como se a disputa fosse puramente retórica. Se observarmos comparativamente, o que o mundo inteiro tem em comum nessa última década (2015-25) é a expansão das redes digitais como nova pele do real, de modo que circunstanciar uma causalidade linear (2013 - 2015 - 2018) passa a ser quase ridículo.

3.

Mas todo esse arrazoado apenas para divergir, radicalmente, da esquerda que insiste em repelir 2013 - nossa maior chance constituinte, construída não contra, mas a partir do lulismo, exatamente como 1968, também rejeitada por parte da esquerda tradicional, se deu a partir do Estado de bem-estar, e não contra.

Saltemos de volta para 21 de setembro de 2025. Comparando 2013 e 2025, algo preocupa: em Porto Alegre, pelo menos (lugar onde estive presencialmente), o público que foi à manifestação era de idade avançada. Precisamos, certamente, de todas as idades na luta, mas onde estão os jovens, que antes inundaram as ruas em 2013? Nosso deputado Matheus Gomes, que estava no Bloco de Lutas em 2013, estava lá.

Mas e seus sucessores, hoje da mesma idade que ele tinha doze anos atrás? Mesmo supondo que possam estar escutando em suas casas os *webcomunistas* de sucesso, até quando ainda é possível ficar em casa, regido pela lógica plataformizada do algoritmo - e da desmobilização? Vão assistir ao fim do mundo pelo Tik Tok ou pelo Youtube?

Falou-se já da sorte que temos de ainda contar com essas divindades artísticas que são Gilberto Gil, Caetano Veloso, Djavan, Chico Buarque e Paulinho da Viola. Mas e as lideranças novas, artísticas, culturais e políticas, conseguem ir além das telas?

Bolsonarismo e o lulismo conseguiram apenas atrair um público situado e de idade mais avançada. Além disso, aparentemente estamos diante de públicos segmentados, marcados, provavelmente, pelo fato de terem, cada um, o apoio de 1/3 da população. Isso significa que o Centro ainda está em aberto e em disputa. Centro que, devido ao volume dos protestos, esteve com a esquerda em 2013, na disputa pelo transporte, e com a direita em 2015, na disputa pela corrupção.

O Centro ainda não aderiu a nenhuma das manifestações, apesar de a promovida no último domingo ter uma pauta que extrapola em muito a esquerda. As manifestações, mesmo grandes, são frações de outras. Há outras coisas em aberto.

O que proponho, portanto, como desafios para as manifestações seguintes são os três seguintes pontos:

(i) Como mobilizar a juventude? Sabendo que, em todos os tempos, a juventude sempre foi vanguarda das mobilizações, sempre trouxe uma energia vital para os movimentos, como mobilizar essa energia que está hoje toda investida nas plataformas digitais? Hoje as crianças estão mais protegidas das telas por leis como a que ataca a adultização e a que proíbe aparelhos nas escolas.

Mas não temos tempo para esperar 10 anos até que os pequenos de hoje se tornem adolescentes e jovens adultos. Motivos para a revolta não faltam. Como sair da letargia do *brainrot* para a ação política presencial, de rua, com o corpo e os afetos implicados?

(ii) Se as oligarquias políticas - o dito Centrão - são extremamente impopulares e hoje capturaram boa parte do orçamento público por meio das emendas, como possibilitar que nas próximas eleições haja uma ocupação do Parlamento por forças populares, priorizando pela primeira vez a eleição legislativa sobre a executiva? Considerando - ponto que acabei não desenvolvendo - que Lula é franco favoritíssimo nas próximas eleições, e é possível pensar na base de apoio para seu próximo governo.

É preciso encontrar meios de tornar a esquerda uma força expressiva no Parlamento. Se parece impossível chegar à mais de metade, sequer à metade, ao menos que se torne uma força relevante para além dos cento e trinta e três votos que se puseram contrários à PEC da Blindagem, em contraste com os trezentos e quarenta e quatro votos favoráveis. Sabemos, também, que o Senado pode se tornar uma disputa crucial pelo interesse da extrema direita de o ocupar, gerando a necessidade de alianças pragmáticas. Uma combinação entre “puxadores de votos”, alianças estratégicas, mobilização de base e utilização de tecnologia para aferição de viabilidade de alternativas.

(iii) Como continuar a disputa pelo Centro por meio da batalha semiótica que, numa jogada genial, a esquerda soube mobilizar a seu favor reivindicando a bandeira nacional e a camisa verde-amarela? Aqui trata-se certamente de algo que vale intensificar. A confusão produzida pela disseminação do verde-e-amarelo em um campo majoritariamente vermelho é positiva, pois desestabiliza o engessamento dos segmentos e possibilita uma reorganização dos campos.

Por exemplo, pensando no conceito muito usado de “Janela de Overton”, hoje estamos fortemente empurrados para a direita. Se, digamos, a democracia vai numa escala de 0 a 10, a extrema direita está no 14, fazendo com que o ponto de equilíbrio esteja no 7, não no 5. A confusão semiótica ajuda a desestabilizar esse arranjo.

São perguntas e problemas que deixa para ser pensados agora que o jogo parece que dá a chance para uma virada.

**Moysés Pinto Neto é doutor em filosofia pela PUC-RS e professor visitante do programa de pós-graduação em literatura da UFSC.*

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA